

CARLOS FORTUNA

**ÉVORA:
UM CASO DE DESTRADICIONALIZAÇÃO
DA IMAGEM DE CIDADE**

Novembro de 1997
Oficina nº 91

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

ÉVORA:
UM CASO DE DESTRADICIONALIZAÇÃO DA IMAGEM DE CIDADE*

Carlos Fortuna

INTRODUÇÃO

Neste texto procurarei discutir a natureza do processo de transformação por que está a passar a cidade de Évora, colocando a ênfase no modo como os seus recursos patrimoniais, históricos e monumentais tendem a ser usados como recursos estratégicos da promoção do local no contexto da concorrência inter-cidades. Depois de me debruçar sobre o sentido em que uso o conceito de destradicionalização, procurarei usá-lo de modo a dar conta do processo recente de renovação da imagem da cidade do Alentejo. Argumentarei no sentido de mostrar que este processo se alimenta quer das transformações sociais e estruturais da cidade, quer da forma como esta é promovida e apropriada simbolicamente. Neste particular, a crescente feição turística da cidade do Alentejo surge como sinal, não apenas da sua reconversão, mas igualmente de uma situação de globalização simbólica que retira Évora às anteriores imagens de cidade culturalmente estagnada, tradicionalista e auto-centrada.

As cidades, como os indivíduos, têm as suas próprias identidades. Fugazes umas, duradouras outras, as identidades das cidades são um atributo complexo que se conquista, se transforma ou se esvanece e altera, ao sabor de inúmeras circunstâncias, endógenas umas, exógenas outras. Parto desta premissa para me dedicar à análise de alguns aspectos relevantes da identidade da cidade de Évora que, em meu entender, se encontra em processo de redefinição. A minha hipótese central é a de que a recomposição da identidade e da imagem da cidade de Évora se está a processar na confluência da crise e retracção de alguns factores, com a renovação e a consolidação de outros. O modo como se vão articulando entre si estes factores, ou seja, o modo como em Évora se combinam tradição e inovação, leva-me a caracterizar a actual reconstrução do figurino identitário da cidade como um processo de destradicionalização.

* Texto desenvolvido no âmbito da Área 6 (*A modernização de algumas cidades portuguesas em face de culturas urbanas globalizadas*) do Projecto PRAXIS XXI ("A SOCIEDADE PORTUGUESA PERANTE OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO: MODERNIZAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E CULTURAL) [Ref. Praxis/2/2.1/CSH/637/95], em curso no Centro de Estudos Sociais.

Agradeço ao colega Paulo Peixoto os comentários sobre uma versão preliminar deste texto.

tradição, como aliás também a inovação, são, antes de tudo, "pontos de vista" ou mensagens culturais. Seleccionam, num caso, elementos do passado e, noutro, elementos futurantes, de modo a construir um presente plausível, nem utópico nem derrotista. A destradicionalização decorre do reconhecimento de que nem a tradição nem a inovação existem sob forma absoluta. Há elementos potencialmente anti-traditionalistas na tradição, assim como existem componentes não-modernizantes na inovação. A selecção dos primeiros e a rejeição dos segundos ofereceria, idealmente, a garantia do sucesso da destradicionalização da imagem de uma cidade. Por isso, o sentido que atribuo à noção de destradicionalização é o de um balanço positivo favorável aos traços inovadores que a tradição pode conter e que, em numerosas circunstâncias, se traduz numa espécie de paradoxal *conservação inovadora do elemento tradicional*. No caso da recomposição da imagem identitária da cidade de Évora, não é alheia a sua designação como Cidade Património da Humanidade, o que me parece um bom exemplo para argumentar em favor da inovação que a conservação da tradição patrimonial, artística e monumental, pode representar. Evidentemente que a correlação íntima existente entre a designação da UNESCO e a crescente atracção turística da cidade do Alentejo, factor que procurei ter em conta ao longo do texto, é reveladora de que a sua destradicionalização tem efeitos locais muito precisos. Mas, ao mesmo tempo, projecta a cidade para fora de si própria, globaliza-a, e torna-a simbolicamente elemento das representações emancipatórias dos sujeitos.

A classificação das cidades é sempre ambivalente. Tal como a sociedade, as cidades sofrem transformações mais ou menos intensas ao longo do tempo, e a sua identidade, como a identidade dos sujeitos, encontra-se sujeita a processos de contínua recomposição¹. Tanto numa perspectiva sincrónica e comparatista, quanto numa análise evolutiva e diacrónica, a ambivalência da identidade da cidade decorre, em primeiro lugar, do facto de ser forjada localmente mas estar sujeita ao reconhecimento público do exterior, onde tende a estabilizar. A descoincidência da identidade localmente estipulada, normalmente em função da sua própria materialidade, daquilo que ela é, de *onde se situa e do que faz*, nem sempre recolhe no exterior o correspondente reconhecimento público. O poder vinculativo da identidade forjada na materialidade da cidade tende a dissipar-se com a distância de quem a aprecia e qualifica. Em seu lugar, ganha proeminência o valor dos elementos simbólicos e representacionais, das expressões culturais e das dimensões históricas e mnemónicas da cidade. Sem eliminar *in toto* os predicados materiais da cidade, a imagem pública desta última é crescentemente uma imagem compósita em que aos critérios geográficos e de localização ou ao seu perfil produtivo e funcional, se juntam agora qualidades e valores abstractos, apreciações estéticas, recursos e capitais simbólicos, nem por isso menos eficazes na definição da sua condição. Nesta linha de ideias, a cidade não é, ou não é apenas, aquilo que faz ou produz, nem a sua identidade

depende da sua localização, para passar também a ser aquilo que *parece, representa e oferece* aos nossos sentidos.

Esta combinação de elementos materiais e imateriais na configuração das identidades sociais, tanto dos indivíduos como das cidades, encontra no pensamento social uma tradição que parece estar hoje a reforçar-se e que, há falta de melhor, designaria por sociologia do sensível". De G. Simmel (1981), a M. Foucault (1979) ou a N. Elias (1989), entre muitos outros, constituiu-se um potencial argumentativo sobre a pertinência dos elementos qualitativos (visuais, simbólicos, estéticos e sensoriais) na definição dos arranjos societais.

Perante esta valorização social do sensível, a imagem da cidade constrói-se e re-elabora-se na articulação de elementos de natureza e efeitos aparentemente distintos. Mas esta articulação não decorre no vazio e a cidade, enquanto conjugação de sedimentos e práticas culturais, valoriza hoje tanto o seu presente como o seu passado, tanto a sua economia como a sua expressão política e cultural. Todos estes elementos funcionam, por igual, como potenciais recursos de formulação e redespertar da identidade e da imagem da cidade, sendo o desenvolvimento desta última o corolário do modo como se conjuguem e articulem entre si aqueles recursos. Porém deve reconhecer-se que o passado e a memória colectiva ganharam, nos nossos tempos, uma relevância inusitada. Paradoxalmente, tal deve-se ao facto de vivermos hoje sob uma configuração cultural em que se privilegia o tempo instantâneo e a busca da gratificação imediata (Urry, 1995). Perante a superficialização ou eventual perda das suas raízes identitárias, os indivíduos procuram no passado e na memória da cidade compensação para a correspondente e desconcertante ambivalência de valores. Tal impõe à cidade o ónus da contínua valorização estética do seu património histórico e monumental (Fortuna, 1997), ainda que, como geralmente sucede, aí se plasme, inelutavelmente, a transfiguração do seu valor e significado histórico, sujeito a modulações diversas de sentido.

DESTRADICIONALIZAÇÃO, CONCORRÊNCIA INTER-CIDADES E PATRIMÓNIO

A destradicionalização é um processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e acções a uma nova lógica interpretativa e de intervenção. Esta destradicionalização é movida pela necessidade de cada cidade revalorizar os seus recursos, reais ou potenciais, como forma de se reposicionar no mercado da concorrência inter-cidades, cada vez mais competitivo. A concorrência inter-cidades é um efeito derivado da descentralização política e da desconcentração de funções que se acentuam à medida que as sociedades se democratizam. Corolário da crescente autonomia de governação política das cidades, sob o pano de fundo da "acumulação flexível" e da crise fiscal do Estado (Harvey, 1989; Lash

e Urry, 1987), a concorrência inter-cidades diz respeito tanto à captação de investimentos, como à fixação local de fluxos globais ou parcelas suas, como à produção de imagens próprias da cidade. O apelo é dirigido tanto aos residentes como ao exterior e pretende reforçar a posição relativa da cidade no mercado das competências urbanas. Na tentativa de relançar dinamismos locais perdidos ou de tirar benefício de potencialidades inexploradas, à medida que se intensifica o processo de globalização e, assim também, a competição entre cidades, um dos recursos mais valiosos diz respeito à capacidade de actuação em plataformas internacionais e em rede. A concorrência inter-cidades promove assim o seu contrário, pelo que a cooperação entre cidades, com objectivos, necessidades e estratégias compartilhadas, se revela um recurso não desprezível face aos desafios actuais do desenvolvimento urbano.

Esta revalorização de recursos diz respeito à imagem da cidade que assim se molda e modifica, de forma lenta, quer no que diz respeito à sua estrutura material, produtiva e funcional, quer quanto à sua dimensão estética, arquitectónica e cultural. Como deixei subentendido anteriormente, a destradicionalização não significa eliminar tudo o que seja passado, tradição, memória e história da cidade. Essa seria a sua própria auto-destruição. Ao contrário, a destradicionalização refere-se à "recodificação da tradição" e ao seu entendimento como "recurso de desenvolvimento" (Silva, 1994). Aquilo que está em causa é a adaptação funcional e a reconversão de sentido de alguns dos recursos da cidade, nomeadamente, aqueles que, tendo fixado duradouramente a imagem da cidade como imagem tradicional, podem, em função da concorrência inter-cidades, ser convertidos em elementos de modernização e reforço de uma imagem competitiva.

De um modo geral pode dizer-se que as imagens das cidades se movem entre dois pólos: as imagens de tipo *modernista* e as de tipo *patrimonialista* (Mons, 1992). As imagens *modernistas* põem a tónica na competitividade, na tecnicidade, na cultura empresarial e na internacionalização da cidade, instigando uma gestão de recursos de natureza empresarial. A lógica cultural que lhes preside é a de uma cultura "extensiva" em que a imagem se projecta para além dos seus limites próximos (locais ou regionais) e ganha sentido no plano nacional e mesmo transnacional. Por seu turno, as imagens *patrimonialistas* privilegiam expressões da vida local e regional, os costumes, as festas, rituais e sequências cerimoniais, mas também a arquitectura ou a qualidade ambiental, promovendo uma gestão de recursos e dispositivos simbólicos. Aqui a lógica cultural subjacente é de natureza "intensiva", com acentuado investimento nas culturas e nas identidades locais ou regionais. Estas imagens não são estanques. Articulam-se entre si e justapõem-se, o que proporciona o *hibridismo* do capital-imagem da cidade (Sciorra, 1996) que surge ao mesmo tempo como consciência adquirida do passado, investimento no presente e perspectiva de futuro (Mons, 1992).

O património histórico, o passado e a memória da cidade constituem ingredientes sensíveis desta articulação de imagens como estratégia promocional da cidade. Um

exemplo desta articulação encontra-se na sucessão de inventários patrimoniais de cidades e nações e na multiplicação de acções de conservação, recuperação e restauro. O ritmo frenético a que estas acções ocorrem nos nossos dias, autoriza que falemos de uma cultura da proliferação patrimonial, ela própria geradora de tensões e conflitos acerca dos contornos e da gestão das riquezas colectivas (Poulot, 1995). Esta proliferação patrimonial, que se intensifica com a concorrência inter-cidades, revela um processo universal de revalorização do património, enquanto recurso simbólico ao serviço de estratégias de modernização da imagem dos lugares. É assim que os patrimónios históricos e as memórias locais têm sido objecto da "reinvenção" do seu significado social e das suas funções (Hobsbawm e Ranger, 1983), num sentido em que a sua marca de tradição se converte em capital de inovação. É neste processo de reconstituição de significados e funções que se constitui o que designo por destradicionalização do património e, por arrastamento, destradicionalização da imagem da cidade. Esta implica o esquecimento activo, ou *desinvestimento simbólico* (McCracken, 1990: 87) de alguns dos atributos e usos tradicionais do património local e, em paralelo, a aposição de outros novos, ou *sacralização* (MacCannell, 1989: 43-45). Só assim a destradicionalização do património funciona como caução da modernização das cidades.

Quer isto dizer que se a destradicionalização moderniza, ela não é a modernização em si. Na verdade, entendo que, ao contrário da modernização que funciona por implante de novos modos de pensamento, de acção e organização institucional da sociedade, *em substituição* dos anteriores, a destradicionalização interpela-os e *reajusta-os* a novos desígnios e estratégias. O que subjaz à destradicionalização é o declínio na crença em constrangimentos e valores intransponíveis, como que impostos *ex machina* por uma natureza inatingível. Em seu lugar, instaura-se uma lógica anti-fatalista de reconhecimento da contingência e dos possibilismos sócio-culturais, mais consentânea com o desenrolar aberto da cultura moderna. O processo de destradicionalização envolve um confronto com o significado e a eficácia social da tradição e do passado, sem constituir uma ruptura integral com eles. Deste modo, pode-se dizer que o *ethos* da sociedade que se destradicionaliza se situa algures no espectro coberto pelo que Boaventura S. Santos designa por "equação entre raízes e opções", a qual, entendida como base da construção social da identidade moderna (Santos, 1996), se resolve no desafio permanente de influências e ressonâncias do passado sobre o presente, mas em que a supremacia do segundo sobre o primeiro remete para uma concepção dinâmica da vida dos sujeitos.

Entre "raízes e opções", a destradicionalização ao instigar a re-criação das primeiras, ajusta e reconfigura o significado social do passado e da tradição. Neste sentido se pronunciou Walter Benjamin, para quem as manifestações do passado só ganham sentido quando vistas à luz do presente, o que as torna moldáveis ao espírito humano (Benjamin, 1973). Contudo, do mesmo passo, a inteligibilidade que o presente oferece do passado implica reconhecer a perda da perenidade deste como garantia da sua articulação histórica

com a actualidade. O esquecimento activo de que é objecto é sempre selectivo e, deste modo, remete-nos para um exercício contínuo de auto-reflexividade individual e colectiva, que ajuíza não apenas sobre o nosso *hic et nunc* social, mas, igualmente, sobre aquilo que pode ser mudado, pese embora o seu mais ou menos profundo enraizamento e tradicionalidade.

O passado que se destradicionaliza e, por isso, se torna historicamente novo, diz respeito ao fim do privilégio da sua interpretação por apenas alguns e à sua crescente procura ou instrumentalização por um número cada vez maior de sujeitos, grupos e instituições. De um passado e uma tradição funcionais, que actuam como marcadores da verticalização da sociedade, face aos efeitos da destradicionalização, encontramos-nos perante um passado e uma tradição que, refeitos, promovem um sentido imaginário de horizontalização social. Outras considerações à parte, esta situação é subsidiária da reflexividade social contemporânea e da (re)composição prática das identidades. Uma e outra devem ser interpretadas na sua autenticidade, isto é, em termos da relação existencial entre sujeitos de um lado e a construção de um mundo significante, do outro. Nesta complexa interacção de práticas e sentidos do tempo está contida a substituição de uns signos e referências culturais por outros, o questionamento de valores e competências sociais tradicionais, a interrogação sobre o sentido das rotinas e dos procedimentos, das manifestações e práticas de poder, enfim, a aceitação da ideia de fluxo, ambiguidade, contingência e confronto com a diferença (Friedman, 1992).

É nesta linha de ideias que se pode compreender a atenção crescente que as cidades vêm a conferir ao seu património histórico e monumental enquanto recurso da sua própria imagem (Ashworth e Tunbridge, 1990). Do que disse antes, no entanto, ressalta que nem o reconhecimento da existência de um património monumental, nem as precauções com a sua preservação bastam, por si, para que este tenha uma função no processo de destradicionalização². É preciso "pô-lo em prática", torná-lo acessível, consumi-lo e usá-lo de modo criativo.

Nesta instrumentalização do património, porém, está contido um custo. Enquanto memória, o património põe a questão da orientação ou *cardinalização* dos sujeitos no espaço e, bem assim, a questão da orientação ou da *calendarização* das práticas sociais no tempo. Ora a desterritorialização remete sobretudo para a calendarização da acção e marginaliza ou anula o critério espacial. Conquistar um património é sempre desterritorializá-lo, retirá-lo das geografias físicas que o balizam para o colocar nas geografias e mapas cognitivos dos indivíduos. Existe aqui um alargamento potencial do universo de referências dos indivíduos. Numa cultura da instantaneidade e da gratificação imediata, o património pode funcionar como intermediário entre a história e a sociedade e, no acto da livre "apropriação" da mensagem patrimonial, os indivíduos reenviam-na para o domínio das suas representações emancipatórias (Fortuna, 1995a). A função de

interface que o património desempenha é, assim, susceptível de gerar solidariedades entre a história local e a sociedade no seu sentido amplo de construção global e civilizacional.

Mas se, para servir a destradicionalização, o património tem de ser desterritorializado, a questão que se põe é a de saber se é possível o estabelecimento de solidariedades e de relações de proximidade que não sejam físicas. É minha convicção que o critério da acessibilidade material, da presença física e da presença do corpo como critério de definição do que é público e acessível a todos, por contraposição ao que é privado e apenas reservado a alguns, é posto em causa pelo jogo do sensorial e cognitivo. A experiência quotidiana obriga a pôr em causa o pressuposto da impermeabilidade do público e do privado que se mostram de extrema porosidade e, a ser assim, a celebração do património é sempre uma forma de memória colectiva, partilhada entre indivíduos e grupos mesmo que fisicamente distantes (Chelkoff e Thibaud, 1992).

O património e a memória surgem deste modo como uma espécie de "objectos históricos". Mas "objectos" especiais já que o seu valor de uso não tem equivalente de troca, o que os aproxima dos bens de luxo, cuja avaliação, apropriação e consumo são meramente subjectivos, simbólicos e posicionais. Geradores de um efeito afectivo e emocional sobre os sujeitos, as diferentes formas da sua reprodução, tendem a fazê-los aceder a um mercado cada vez mais amplo e a ganhar em extensão o que perdem em intensidade do seu significado "real" (Benjamin, 1992).

A objectivação do património e da memória é um corolário da construção da simultaneidade temporal que as cidades oferecem como estratégia da sua revalorização competitiva. Trata-se da conjugação desordenada do passado (patrimonial) com o presente e o futuro (modernista), contida na livre construção de uma imagem híbrida do contexto urbano. A simultaneidade temporal traduz-se na própria anulação do tempo a qual, como sustenta Sansot, equivale a uma releitura descaracterizadora da história "real" da própria cidade (Sansot, 1988). Ambas as construções sociais — o património como "objecto" e a anulação ou simultaneidade temporal — realçam a necessidade de inserir a questão da imagem da cidade no quadro de uma economia simbólica que dê conta dos recursos, agentes e processos que presidem à actual conversão dos contextos espaciais urbanos, em particular os de indelével marca histórica e civilizacional, em *décor* e paisagem esteticizada do quotidiano da cidade (Featherstone, 1991).

Responsáveis à sua maneira por esta banalização do tempo e do património da cidade histórica e monumental, os turistas não são, obviamente, os seus únicos promotores. Na verdade, eles contar-se-ão mesmo entre os potenciais destinatários de uma imagem destradicionalizante que a cidade histórica promove. Isto não significa que os turistas não possam ser vistos como promotores e divulgadores dessa imagem, mas acima de tudo são os agentes e promotores turísticos, os criativos e *designers*, os profissionais da comunicação, os técnicos e decisores políticos, mas também instituições e entidades, locais ou não, que se encarregam da construção das novas imagens das cidades históricas,

sobretudo das suas expressões icono-mediáticas. Como qualquer acto comunicativo, a imagem que estes intermediários culturais transmitem da cidade não permite leituras semióticas globais e uniformes, pois está sujeito à autonomia interpretativa dos receptores (Pellegrino, 1994). Para estes tudo o que é feito e dito na cidade ou sobre ela, pode ser interpretado livremente como mensagem e imagem da sua identidade. É assim que acontecimentos efémeros (por exemplo, feiras, exposições, congressos ou acontecimentos desportivos), ou iniciativas mais duradouras (como as nomeações das Capitais Culturais da Europa), ou designações mais vinculativas (como seja, por exemplo, a credenciação de Cidades Património da Humanidade), podem ser instrumentalizadas por igual e convertidas em recurso promocional das cidades. Mesmo quando não é essa a sua intenção primordial, os promotores destas iniciativas são impotentes para obstar a que a sua intervenção seja utilizada como imagem das cidades, tanto interna como externamente.

O culto dos monumentos e do património histórico recolhe na sociedade contemporânea sobretudo uma apreciação afectiva e superficial que tende a ignorar a espessura do passado em si e a promover a emoção (Riegl, 1984). Parte da natureza errática a que, deste modo, o património fica sujeito decorre da interferência que os elementos físicos exercem sobre as dimensões simbólicas da acção social (Foucault, 1979). Aplicada ao espaço da cidade, esta interferência autoriza que tanto a produção como o consumo do elemento espacial e arquitectónico sejam investidos na condição de elementos destradicionalizantes do significado e da imagem da cidade. É assim que, por exemplo, mesmo as mais pormenorizadas marcas do património histórico-arquitectónico construído das cidades, ainda que desprovidos da "materialidade estruturante" da sua *história real*, não deixam de reenviar para uma *materialidade simbólica*, imaginada a partir do presente e, por isso, actualizada sob a caução dos estados de espírito e dos capitais culturais de indivíduos e grupos sociais. A indeterminação que este património construído mantém com o passado (Fortuna, 1995a), a que se junta a autonomia prática do receptor da imagem patrimonialista da cidade, amplia o leque das possibilidades interpretativas e torna evidente a dualidade existente entre a cidade real (corpórea, físico-material e social) e a cidade metafórica (criação teórica e simbólico-imaginária) (de Certeau, 1977; 1990).

A CIDADE DE ÉVORA: UM CASO DE DESTRADICIONALIZAÇÃO

É no quadro destas referências que gostaria de me concentrar agora sobre o caso da alteração da imagem da cidade de Évora que, em meu entender, vem tomando lugar, mais acentuadamente, a partir dos anos 70. Começarei por dizer que a imagem mais divulgada de Évora ao longo deste século é a de uma pequena cidade de interior, fechada e tradicionalista, politicamente conservadora, dominada por um conjunto de famílias e pequenos grupos sociais influentes, vivendo sobretudo das chamadas economias de

proximidade ligadas ao sector agrícola, e cuja centralidade regional, com a sua feição de centro administrativo, pouco alteraria a um cenário de espaço urbano local, sem projecção para fora de si mesmo. Tendo conhecido tempos áureos no passado renascentista português, aquela imagem recolhe desses tempos apenas alguns exemplares monumentais e arquitectónicos, ilustrativos da marcada presença da Igreja, que a cidade preservaria como sinais de um passado inerte. O estereótipo da bonomia alentejana seria, por fim, um ingrediente da imagem de uma cidade estagnada, a viver um presente sem perspectivas, ao sabor de circunstâncias externas, sem dinamismo nem capacidade para inverter o curso da sua marginalidade. Não pretendo discutir aqui a fidelidade desta imagem, mas tão-só argumentar acerca do modo como não tem correspondência com a realidade sócio-cultural da cidade dos dias de hoje em vista do processo de destradicionalização por que Évora está a passar. Escusado será dizer que desta destradicionalização, um processo de concretização lenta e sempre feito de avanços e recuos, não temos, por enquanto, senão alguns afloramentos parciais que, porém, indiciam uma linha evolutiva futura.

Évora encontra-se inserida numa região de larga predominância da actividade agrícola sendo, nos inícios da década de 80, o sector primário aquele que, no distrito, ocupava a maior percentagem da população activa (38,4%). A economia local apresentava ainda muito recentemente um larga dependência do sector agro-alimentar, com assinaláveis fragilidades tecnológicas e organizacionais. Tradicionalmente, a cidade exerce uma larga influência regional (Gaspar, 1972), assumindo-se como o principal pólo urbano e administrativo do Alentejo.

As transformações sociais decorrentes da democratização do país, na sequência do 25 de Abril de 1974, se alteraram o quadro geral das relações sociais, terão sido mais sensíveis numa cidade dominada por uma cultura patriarcal, de vincadas hierarquias e auto-centrada. A democratização pós-25 de Abril é, assim, o primeiro traço da destradicionalização da cidade. Com ela, instituíram-se práticas sociais e formas de sociabilidade novas, alterou-se o quadro de relações políticas locais e diluiu-se a influência política e cultural de famílias e grupos tradicionalistas. Questionaram-se, por fim, valores e convenções que passaram a ser confrontados com novas referências e universos culturais.

Foi nestes finais dos anos 70 e princípios dos anos 80 que a vocação de Évora como capital regional se acentuou, precisamente à medida que começaram a gorar-se as expectativas de desenvolvimento criadas pela Reforma Agrária. A Reforma Agrária alentejana, que havia posto termo ao modelo produtivo dominante, assente na exploração agrícola em regime de latifúndio, criando 33.000 novos postos de trabalho permanentes e 17.200 eventuais, entra em falência declarada perante efeitos conjugados da política económica nacional e da Política Agrícola Comum. Nos anos 80 e 90, por assim dizer, assiste-se à desruralização do Alentejo, entendida como acentuada crise do emprego agrícola, que encontra na emigração e no êxodo rural as suas manifestações sociais mais

dramáticas. Os desafios impostos à indústria agro-alimentar da cidade e à gestão político-administrativa de um sector em decadência, bem como ao comércio local, vieram pôr a claro a premência de uma intervenção e reforma estratégica capaz de relançar a economia local e a imagem de Évora. Nestes termos, pode sustentar-se que a destradicionalização da cidade surge articulada com o efeito da desruralização da região que tem marcas indeléveis ao nível da estrutura local de emprego³.

Em 1991, a cidade de Évora apresentava uma taxa de actividade geral ligeiramente superior à taxa nacional (47% contra 44,6%). O mesmo sucedia com as suas taxas específicas por sexos, que se situavam ao nível dos 40% no caso das mulheres e dos 58,3% no caso dos homens, contra, respectivamente, 35,5% e 54,3% das taxas nacionais (Geoideia/CME, 1995). Naquela mesma data, a repartição por grandes sectores de actividade da população residente na área urbana revela a predominância clara do sector terciário (74%), seguido do secundário (23%) e do primário (3%) (INE, 1991). A cidade tem, como seria de esperar, um perfil marcadamente terciário e denota um assinalável dinamismo empresarial, a julgar pelas 406 empresas fundadas desde 1990, 179 das quais, no entanto, não têm trabalhadores ao serviço (Geoideia/CME, 1995).

Todavia, no domínio da actividade e do emprego industriais, a lógica de continuidade imposta pelas actividades industriais tradicionais, nomeadamente a "fileira" agro-alimentar, impediu que este sector se pudesse ter constituído em agente dinâmico e modernizador se instaurasse "um ciclo virtuoso de crescimento cumulativo" (Ferrão, 1995), pelo que a reconversão do tecido industrial de Évora permanece, hoje, em aberto, sem ser possível perspectivar com segurança o rumo que assumirá a médio prazo.

No momento em que se começavam a impor-se os primeiros sintomas de destradicionalização, Évora apresentava-se como cidade deficitária, degradada e desordenada do ponto de vista do seu parque habitacional. Com efeito, a atracção populacional que regista — cerca de 10.000 novos habitantes entre 1960 e 1991 —, contrariando a tendência geral de retracção demográfica da região do Alentejo, contribuiu para tornar mais claras estas deficiências. O crescimento populacional da cidade, que em 1991 conta com um total de 38.094 habitantes, tem-se efectuado sob o efeito de tesoura do decréscimo populacional da cidade "intra-muros" e do crescimento da cidade "extra-muros"⁴ (Cascais, 1996; Fortuna e Peixoto, 1997). Ambas as tendências têm agravado, ao longo das últimas décadas, a situação habitacional, quer no que diz respeito à deslizante degradação das condições de habitabilidade no centro da cidade muralhada, quer no tocante ao ordenamento da construção nos bairros em seu redor. Em 1978, ano da elaboração do Plano Director Municipal, por sinal o primeiro a ser publicado a nível nacional, de um total de 5.670 fogos na zona urbana "intra-muros", 3.120 encontravam-se em deficiente estado de conservação, enquanto eram 27 os aglomerados clandestinos⁵ em redor da cidade. Paralelamente, no domínio do ordenamento urbanístico, a cidade era obrigada à gestão casuística, porquanto dispunha apenas do 1º Plano de Urbanização da

Cidade, de finais dos anos 50, obsoleto face aos novos imperativos de regulação urbana que o Plano Parcial de 1974 não podia suprir (Carvalho, 1990). Após o 25 de Abril de 1974 e, em particular, após as primeiras eleições autárquicas em 1977, as sucessivas equipas de gestão autárquica deram prioridade à questão do parque habitacional da cidade ("intra" e "extra-muros").

Esta questão revestiu-se de uma concepção ampla que engloba preocupações com a qualidade de vida e a cultura urbana. O Plano Director Municipal e o Plano Geral de Urbanização da Cidade atestam esta nova filosofia, investindo a cidade de uma renovada consciência dos seus recursos, possibilidades e limites. Neste domínio, o Plano Estratégico de Desenvolvimento é o instrumento, por excelência, da acção governativa da cidade. A sua origem pode situar-se em 1992, quando, no quadro do programa europeu RECITE, a autarquia constitui um grupo de trabalho — Gabinete da Cidade — com a participação de várias entidades locais, representativas de vários domínios e interesses⁶. A experiência tem-se mostrado valiosa não apenas localmente, mas também enquanto sustentação da liderança de Évora na Rede Estratégica de Cidades de Média Dimensão (Réseau Stratégie des Villes Moyennes, 1994) que, após 1994, viria a ter continuidade na Rede Europeia MECINE.

Seria fastidioso mencionar aqui o conjunto das redes transnacionais em que Évora participa hoje. Desejo tão-somente assinalar que esta filosofia de participação e cooperação internacional inter-cidades representa, pela sua parte, uma manifestação da destradicionalização que está a tomar lugar na cidade. Ela reveste-se de um estatuto duplo de aferição e ajustamento simultâneo de propostas e acções que, locais na sua origem, se alastram a uma escala transnacional e se confrontam com elas. Põe-se em marcha, deste modo, um processo biunívoco de simultânea mundialização do local e de localização do mundo, sinal incontestável da adaptação da cidade de Évora às novas tendências e exigências impostas pela globalização. O contraste com a imagem antiga de uma cidade fechada ao exterior e auto-centrada torna-se evidente e reforça o argumento da recomposição da identidade da cidade do Alentejo.

Entre os vários domínios que têm sustentado a participação e cooperação internacional de Évora, destaca-se a gestão urbanística da cidade e, em particular, do seu Centro Histórico, objecto privilegiado da atenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Évora, instalado em 1982. A sua acção tem-se vindo a desenrolar de acordo com três objectivos principais: (i) controlar a pressão para a alteração do uso dos edifícios, sobretudo quando a instalação de serviços arraste consigo o desalojamento dos moradores; (ii) recuperar as zonas mais degradadas e melhorar as condições de habitabilidade e (iii) estabelecer critérios de salvaguarda de edifícios e fachadas de reconhecido valor arquitectónico (Guerreiro, 1991).

Apostado precaver uma implantação excessiva de serviços no Centro Histórico, sempre onerosa do ponto de vista social, a acção deste Gabinete foi desde sempre condicionada

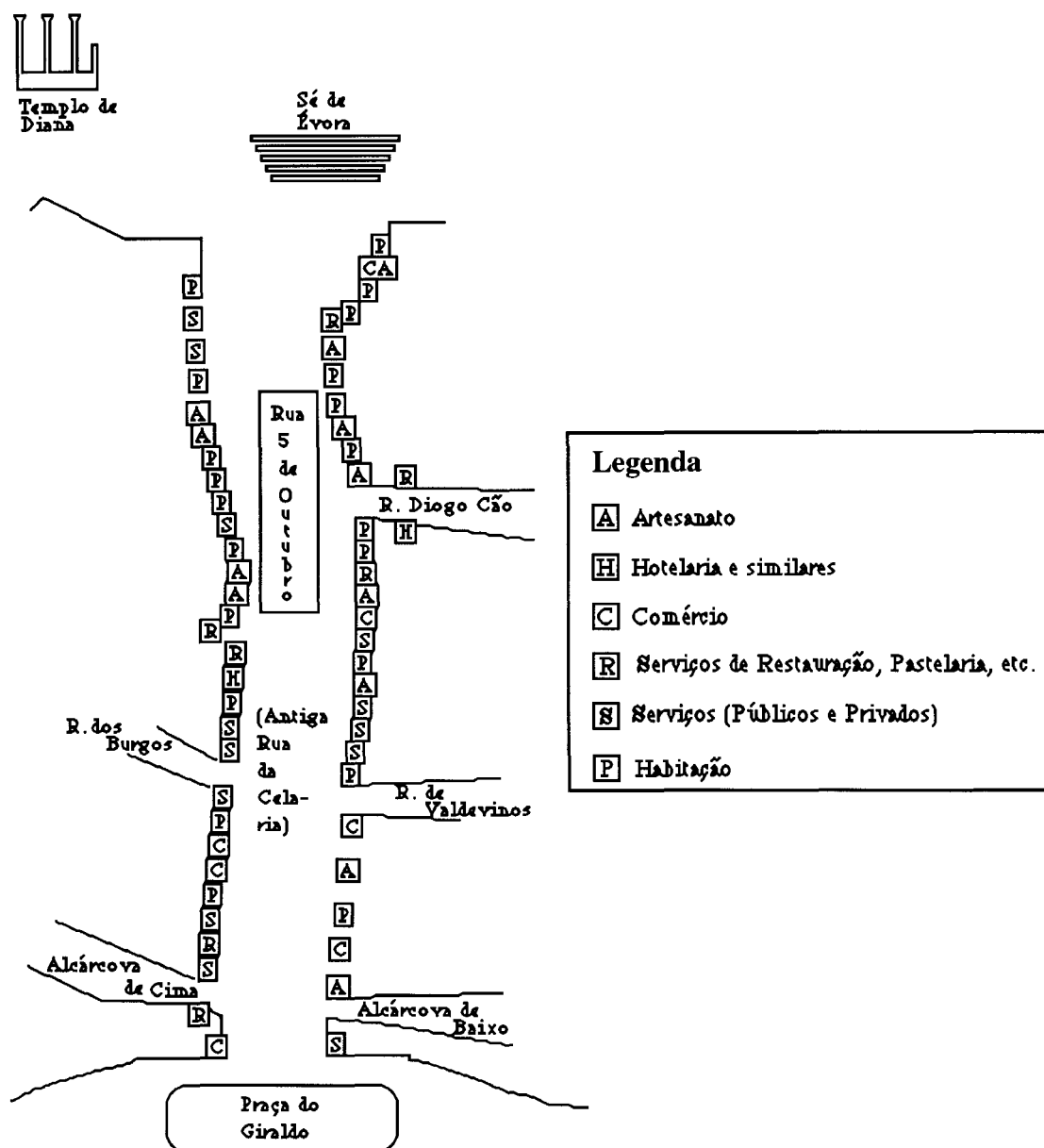
por obstáculos de natureza social, com destaque para a estrutura etária envelhecida da população residente. Com efeito, o Centro Histórico da cidade contava, em 1978, com 17,6% de população com idade superior aos 65 anos e, em 1991, esta percentagem alcançou os 26,2%. De qualquer modo, é de mencionar a atenção particular do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico em prevenir o desalojamento de moradores que, perante interesses e poderes de sectores empresariais dinâmicos, correm sempre o risco de serem privados desse recurso cultural que é viver no centro da cidade, umas vezes porque se é idoso, desempregado ou pobre, outras vezes porque se é doente, viúvo ou reformado⁷.

A alteração da fisionomia funcional do Centro Histórico tem-se feito de modo gradual e a instalação de novos serviços, em que pontuam as chamadas Actividades Similares de Hotelaria tem sido feita à custa da reconversão de actividades e funções tradicionais, como os Armazéns e Oficinas. Na verdade, entre 1982 e 1995, as licenças concedidas pela Câmara dizem sobretudo respeito a *mudança de outros usos para usos do terciário*, que representam 56,4% do total das 523 licenças concedidas. As licenças para *melhorias de conservação/renovação* de unidades já existentes, por seu turno, atingiram um número total de 169, a maior parte das quais (72,1%) se refere ao quinquénio 1991-95 (Fortuna e Peixoto, 1997).

Serviços administrativos e financeiros e, sobretudo, restaurantes, bares, discotecas, hotéis, esplanadas e postos de venda de artesanato são os responsáveis por este surto de licenças para fixação de novos e renovação de anteriores estabelecimentos na cidade. No seu conjunto, revelam uma resposta do lado da oferta de serviços ao aumento da procura, representado pelo número crescente de visitantes e turistas⁸. No seu todo, a instalação destes serviços ilustra uma reconversão funcional feita em redor de dinâmicas sociais novas, em redor do turismo, do lazer e da promoção comercial de artefactos da cultura local e regional. O caso das esplanadas, cujo número se multiplicou por 6 entre 1984 e 1996, é particularmente significativo do ponto de vista sociológico ao traduzir uma tendência para a reconfiguração do Centro Histórico de Évora como espaço público aberto ao usufruto de residentes e visitantes, que arrasta consigo um convite ao passeio, ao consumo e à convivialidade ao ar livre, recriando o valor cultural da rua⁹.

Exemplo desta transformação do espaço público encontra-se, por exemplo, na alteração da fisionomia de uma das principais artérias da cidade, ocorrida em função da actividade comercial. Trata-se da Rua 5 de Outubro (Antiga Rua da Selaria) que, com cerca de 200 metros de extensão, constitui um eixo central de ligação entre dois pontos emblemáticos da cidade de Évora: a Praça do Giraldo e a área histórico-monumental definida pelo conjunto da Sé de Évora e o chamado Templo de Diana.

Figura 1
Évora: Rua 5 de Outubro
Principais Actividades Económicas (Comércio e Serviços)



De acordo com o levantamento do perfil comercial representado na Figura, registaram-se hoje 25 estabelecimentos comerciais, de diferentes tipos, mas todos eles ligados ao comércio turístico (Artesanato (A) = 11; Hotelaria e Similares (H) = 1; Comércio Tradicional (C) = 7; Restauração, Pastelaria, etc. (R) = 6) (Fortuna, 1995c; Ladeira *et al*, 1992).

É possível, no entanto, detectar outras formas de renovação ou valorização do espaço público da cidade. Em geral são formas de renovação que se registam em função quer de medidas restritivas, quer de medidas pró-activas da responsabilidade da gestão

autárquica. Entre as primeiras, encontram-se, por exemplo, as medidas de contenção do tráfego automóvel na cidade "intra-muros" e a constituição de alternativas conjugadas de transporte, com base em mini-autocarros, e estacionamento urbanos (SITE — Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento). Entre as medidas pró-activas de reanimação cultural do espaço público conta-se, por exemplo, a iniciativa "Viva a Rua!", levada a cabo com o objectivo de promover a lógica da "participação sobre a lógica do consumo" e fomentar o "rompimento com o formalismo da estética dominante e a recuperação de formas de expressão diferenciadas" (Câmara Municipal de Évora, 1996).



Iniciativas como estas enquadram-se na redinamização cultural da cidade, afastando-a claramente da imagem anterior de uma cidade estagnada. "Viva a Rua!" faz do espaço público da cidade o suporte de uma medida de política cultural local cuja virtude reside, para utilizar a argumentação de José Madureira Pinto a propósito das políticas culturais autárquicas, em propiciar a um segmento vasto da população de Évora um contacto com expressões culturais exigentes, em termos da sua descodificação, susceptível de "promover, a prazo, uma intervenção autónoma e auto-enriquecedora" dos cidadãos (Pinto, 1994: 773). Mas "Viva a Rua!" não se limita a este potencial enriquecimento cultural dos indivíduos. Ela é, igualmente, uma forma de democratização da comunicação em espaço aberto, tanto mais relevante, quanto contraria o retraimento generalizado dos consumos culturais e da convivialidade para as esferas privadas e a domesticidade (*idem*). "Viva a Rua!" pode, por fim, ser vista como forma de promoção do associativismo cultural local e, deste modo, contribuir para a reformulação da paisagem cultural da cidade.

A actividade regular dos 68 grupos e associações culturais, recreativas e desportivas da cidade, de que o CENDREV é um caso exemplar, é também ela responsável pela nova

identidade da cidade em construção. Por outro lado, a reinstalação da Universidade tem-se revelado um recurso decisivo na redinamização cultural de Évora. Com efeito, a Universidade responde, com os seus cerca de 7.000 estudantes, por um assinalável impulso cultural, traduzido, desde logo, no rejuvenescimento do quotidiano urbano e na renovação, qualitativa e quantitativa, dos padrões de consumo e estilos de vida que alteram velhas rotinas e forjam outras novas. Pertinente na paisagem cultural da cidade, contudo, o impacto da vida universitária sobre o quotidiano de Évora deve ser relativizado. Com efeito, a população estudantil universitária é, por um lado, uma população maioritariamente flutuante e não se mostra particularmente propensa ao estabelecimento de interações vigorosas com os residentes. Por outro lado, dado o sistema de alojamento predominante, tende a multiplicar e a fazer engrossar os mecanismos da economia informal e amplia o risco de carestia de vida.

A actividade turística é, nas pequenas localidades, um outro agente promotor desta tendência inflacionista do custo de vida e Évora, por certo, não escapa a este efeito. Porém, o turismo é igualmente um agente potenciador de economias de escala de sentido positivo nas pequenas cidades. Não estou a pensar apenas na renovação e ampliação de recursos turísticos primários (museus, galerias, espectáculos, património em geral) ou secundários (equipamentos, alojamento, infraestruturas, rede de transportes, ambiente) de que Évora tem beneficiado nas últimas décadas, quando se tornou a principal cidade turística portuguesa de média dimensão. Estou a pensar em economias de escala sim, mas de natureza simbólica. Na verdade, muito do comércio local, com destaque para o comércio de artesanato e a restauração¹⁰, tem crescido com uma orientação clara de exploração da "fileira" turística que se desenha na cidade. Curiosamente, porém, na linha do que argumentei na primeira parte do texto, são bons exemplos de destradicionalização da imagem e da identidade da cidade, ao articularem e fazerem sobrepor uma dimensão patrimonialista (reforço promocional da cultura local e regional) com uma dimensão modernista (optimização do potencial de procura turística).

Evidentemente que, sob o efeito do mercado turístico, a tipicidade do artesanato ou da gastronomia local e regional, em Évora como em qualquer outro lugar, enfrenta o risco de descaracterização que se propaga ao próprio significado da cultura local-regional. No entanto, em particular no domínio da gastronomia regional, ao impulso turístico tem-se juntado a iniciativa da Câmara na promoção regular dos "Concursos de Cozinha Alentejana"¹¹. Trata-se, no meu entender, de um apreciável e bem sucedido exercício de arqueologia gastronómica, porquanto tem proporcionado a recuperação de inúmeras receitas alimentares tradicionais, incluindo a doçaria. Esta é uma manifestação do efeito dinamizador da economia simbólica que referi anteriormente. Não fora o impulso destas iniciativas e, em grande parte, esta tradição alimentar alentejana, um património cultural de origem popular e conventual, manter-se-ia inacessível e petrificada no esquecimento de uma memória vaga e atemporal. A "escavação" na memória gastronómica regional que

estas iniciativas proporcionam, encontra-se hoje, sem dúvida, delimitada pelas regras do mercado e marginal nas rotinas domésticas alimentares. São várias as razões (tempo de preparação, custo envolvido e competência técnica) que há muito afastaram grande parte desta "comida típica" dos hábitos alimentares rotineiros locais, e a tornam hoje disponível apenas em numerosos restaurantes e pastelarias da cidade. Nem por isso deixaram de ser autênticos, mas tão-só sujeitos a uma re-invenção que ao recuperá-los para o mercado os investe de sentido próprio, enquanto elementos significantes de uma cultura local que se destradicionaliza no acto próprio da sua promoção.



Esta situação ilustra o modo como a cidade parece ter encontrado na valorização da sua cultura local e regional, incluindo o seu património histórico-monumental¹², o instrumento mediador privilegiado da sua imagem. Na verdade, nas suas expressões icono-mediáticas, em si uma imagem e recurso *modernista*, a cidade de Évora apresenta-se através da incorporação, feita em regra com assinalável criatividade, de elementos *patrimonialistas*, histórico-monumentais e referências culturais locais, que, na sua confluência, *hibridizam* e destradicionalizam a imagem de marca da cidade, oferecendo ao exterior uma perspectiva futurante, caucionada pela consciência do passado local e regional.

ÉVORA: CIDADE SIMBOLICAMENTE GLOBAL?

Algo de semelhante se passa, desde 1986, com o património histórico, monumental, arquitectónico e arqueológico de Évora. Também ele tem sido conquistado para a renovação da identidade da cidade por diversas vias, quer pela via do seu atento estudo e

divulgação — acção em que é digna de nota, entre outras, a acção de Túlio Espanca, recém-falecido —, quer pela via da sua preservação e enquadramento no tecido urbano local, a cargo da autarquia, quer ainda pelo seu reconhecimento internacional, que culminaria, em 1986, na certificação da cidade "intra-muros" como Património da Humanidade pela UNESCO. A cidade de Évora, tornada Património da Humanidade, é um local que transborda para fora de si mesmo e se globaliza. Se num sentido cultural, só se pode tornar global aquilo que é único e localmente valioso, o reconhecimento de Évora como cidade-património atesta a expressão cultural, histórica e artística singular da cidade do Alentejo e projecta-a no plano do imaginário universal.

Nesta incorporação universalizante da cidade reside uma conquista do local pelo global. Por não ser uma questão de poder, mas de conversão simbólica do significado da cidade, nem as autoridades locais, nem as transnacionais que promovem e certificam o património conseguem obstar a que este se converta em "objecto" de uma economia simbólica. Esta tem efeitos práticos muito precisos e a atracção turística que Évora conhece desde os finais dos anos 80 é disso um ineludível exemplo.

Mas se, do ponto de vista global, o reconhecimento do património local é uma conquista, inversamente, do ponto de vista local, ele representa um desafio. A ideia de património histórico é uma ideia de legado que é preciso manter e preservar para poder transmitir. O estatuto de bem universal e inapropriável do Património da Humanidade, perante a inépcia, a incompetência, ou evidentemente a falta de fundos de outras entidades nacionais ou transnacionais, obriga a que seja a própria cidade que, em última análise, se torna seu fiel depositário e zelador. Nalguns casos, numa atitude demissionária, algumas autarquias transformam o seu património em alibi e solução para a falta de solução e ausência de estratégia urbanística (Monnet, 1996). Noutros casos, o património estimula a acção urbanística e converte-se em critério activo da sua regulação. É aqui que se encontra o desafio que o património representa: a cidade que souber gerir a sua herança histórica face a desmandos urbanísticos, especulações fundiárias e usos descaracterizadores da sua identidade é a que melhores garantias oferece de nela se poder viver e, assim, mais legítimo será o uso simbólico do património à sua guarda.

Já me referi à forma como, em termos de economia simbólica, este recurso pode ter efeitos práticos na cidade, sendo a procura turística do lugar uma das suas principais expressões. Sem me deter na análise pormenorizada do impacto do turismo na economia local da cidade de Évora, da qual me limitarei a assinalar a contribuição para a terciarização da cidade e o aumento do emprego local, remeter-me-ei, a terminar, para apenas algumas das suas principais facetas destradicionalizantes do imaginário e da vida social da cidade. Farei referência, primeiro, a alguns aspectos sócio-culturais de natureza endógena do impacto, directo ou indirecto, do turismo na cidade e, depois, a aspectos de natureza externa, mais aptos a julgar a apreciação dos próprios turistas, enquanto "consumidores" da cidade.

Quanto aos primeiros, como referi acima, ressalta a conversão do elemento patrimonial em recurso turístico e cultural da cidade. No seu prolongamento, assiste-se à inclusão da própria "fileira" turística na estratégia discursiva e na produção de imagens promocionais da cidade e, ao mesmo tempo, na sua gestão urbanística, mais visivelmente no espaço urbano "intra-muros". Este ordenamento urbano tem-se pautado sobretudo por medidas de contenção da degradação deslizando que as condições de vida e de habitabilidade vinham sofrendo desde há décadas. O elemento patrimonial e urbanístico estão intimamente relacionados e dos seus efeitos sobre a recuperação dos espaços públicos da cidade vale a pena assinalar dois aspectos singulares. O primeiro refere-se ao condicionamento do tráfico automóvel na cidade e as correlatas pedonização crescente e revalorização da cultura de rua. O segundo diz respeito à atenção conferida ao risco de desertificação do Centro Histórico e da correspondente marginalização dos grupos sociais mais vulneráveis. À margem de outras considerações, como por exemplo, os benefícios de natureza ambiental, limito-me a considerar que, em resultado da conjugação destas orientações, o espaço público de Évora tem sido revalorizado do ponto de vista social e cultural. A forte presença de turistas e visitantes neste espaço reveste-se de uma qualidade potencial de interação multicultural que, apesar do défice da sua análise pormenorizada, permite admitir que amplia o sentido de orgulho cívico e de identidade local dos residentes, ao mesmo tempo que rasga os seus horizontes referenciais e, indirectamente, reforça o sentido cosmopolita da sua cidadania.

No que se refere aos modos de estar dos turistas na cidade de Évora, em si, igualmente, um elemento da destradicionalização da cidade, pode-se começar por dizer que o perfil sociológico dominante do turista de Évora é o de um adulto jovem, indiferentemente de um ou de outro sexo, de origem europeia, oriundo das classes médias, com graus relativamente elevados de capital cultural e educativo. Entre as preferências declaradas da sua visita a Évora salienta-se todo o conjunto arquitectónico e monumental da cidade, com destaque para os monumentos históricos (72,9%) e a restante arquitectura local (67,8%) (Fortuna, 1995c).

Para além da sua dimensão física e arquitectónica, que faz deles uma marca particular da cenografia urbana, os monumentos, enquanto elementos da memorização do passado, não são senão narrativas sociais construídas desse passado. Isto é tanto mais assim quanto a generalidade do parque monumental da cidade de Évora corresponde àquilo que Aloïs Riegl designou por "monumento artístico e histórico", cujo valor decorre do seu anterior uso social e não da celebração política intencional de acontecimentos ou personagens (Riegl, 1984). Privados da sua "materialidade estruturante", os monumentos não perdem, por isso, o seu dramatismo simbólico. São elementos da metaforização da cidade que convidam à imaginação do passado colectivo e individual (Fortuna, 1995b). Numa cultura que, como sustentei, é uma cultura da instantaneidade e da busca da gratificação imediata, a re-invenção do passado colectivo e individual é um acto de busca

de raízes identitárias e de consolidação do lugar dos sujeitos no mundo. Reside aqui o princípio fundador da capacidade de sedução dos monumentos sobre turistas e visitantes. Em cidades de marcada espessura histórica e monumental, como é o caso de Évora, turistas e visitantes, em função do seu descomprometimento com a história e a cultura locais, permitem-se exagerar na avaliação simbólica dos lugares que visitam e conjecturar como nunca ocorreria aos residentes (Olsen, 1986), num acto de reverberação, gerador de imaginação criativa e fantasia (Bachelard, 1969).

Os numerosos estímulos que os turistas recebem e a divagação a que se permitem no Centro Histórico de uma cidade Património da Humanidade podem equiparar-se ao efeito libertador que o modo de vida da metrópole exerce sobre o espírito dos indivíduos. Com efeito, à semelhança das qualidades que Simmel atribuíra à cidade de Roma, também nestes centros urbanos históricos e monumentais "o indivíduo ... perde a posição que o seu ambiente sócio-histórico, fechado e estreito, lhe havia outorgado e vê-se, de repente, inserido e envolvido num prodigioso e variado sistema de valores..." (Simmel, 1989: 52). A ser assim, o turista amplia ao máximo a sua liberdade psico-emocional e reduz ao mínimo os contrangimentos morais e outros modos de controle social. É certamente por isso que 69,6% dos turistas consideram que Évora lhes proporciona um estado de "muito elevada" agradabilidade e harmonia pessoal (Fortuna, 1995c). São estados de espírito transitórios e imaginários, mas a levar-se a sério a "sociologia do sensível", devemos reconhecer que a cidade não se deixa ler de modo uniforme e a manipulação dos seus significados e imagens varia com as disposições mentais e o lugar a partir do qual os sujeitos se auto-avaliam.



Imaginemos, por um instante, a experiência do turista perante o Templo Romano de Évora. Trata-se de uma operação semiótica *in vivo* que anula o efeito técnico e discursivo de guias, folhetos e outras descrições históricas e turísticas. Estes terão sido

determinantes para a escolha *ex ante* do lugar a visitar, mas na relação presentista que se estabelece no local, a presença física do turista constitui-se na sua própria ausência e divagação (Landowski, 1996). Espacialmente, o monumento desterritorializa-se e, nisso, anulam-se as diferentes temporalidades em jogo. Em seu lugar, insinua-se a auto-reflexão e o modo como se vê a relíquia arqueológica e a cidade, no seu todo, fica dependente do olhar do sujeito sobre si próprio e da intuição do momento.

Se Évora proporciona um confessado sentido de agradabilidade e liberdade a quem a visita, é porque a cidade em si é um lugar especial. Se permite divagações, mesmo que contestatárias acerca da sua imanente ordem estética, arquitectónica e política, feitas por sujeitos em estado imaginado de plena soberania individual, é porque a cidade representa, aos seus olhos, temporária e simbolicamente, o *centro do mundo*.

Évora — Cidade Património da Humanidade — é, assim, uma cidade global. Talvez, apenas, simbolicamente global. Mas os símbolos têm uma eficácia própria sobre a vida social. O que Évora simboliza é uma cultura que se universaliza a partir de fragmentos patrimoniais específicos. A eficácia desta patrimonialização articula-se não apenas com o exterior e os visitantes, mas igualmente com os modos de vida, as expressões e as identidades culturais locais e respectivas formas de representação. O reconhecimento de Évora como Património da Humanidade, sendo um símbolo, é também um recurso e um desafio. Se, como dissemos ao abrir este texto, aquilo que aqui discutimos são apenas afloramentos parciais de uma identidade urbana em processo de destradicionalização, há indícios de que, se souber *conservar inovadoramente a sua tradição*, a história desta cidade está prestes a poder ser contada assim: Antigamente, Évora era uma cidade tradicional, fechada sobre si mesma, culturalmente estagnada...

NOTAS

¹ Num outro trabalho sustentei a possibilidade de caracterização deste processo de recomposição como uma acção de *destruição criadora das identidades* para significar o contínuo reajustamento dos critérios de auto-validação da imagem pública, de acordo com a multiplicidade de situações sociais e as transformações económicas, políticas e culturais que caracterizam as sociedades contemporâneas (Fortuna, 1995a).

² Com efeito, ao invés, pode-se dizer que muitos dos monumentos de hoje, têm como objectivo primordial o reforço da tradição. São os monumentos no sentido "etimológico" ou "intencional" de que fala Aloïs Riegl, "construídos com o objectivo preciso de manter sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a memória de uma determinada acção" (Riegl, 1984: 35). Ainda de acordo com o pensador austríaco, outros monumentos há — os "monumentos artísticos e históricos" (*ibidem*) — cujo valor e reconhecimento público decorrem não da acção "intencional" dos seus criadores, mas do alargamento dos conceitos de história, de história de arte e de memória, tal como foram evoluindo a partir do séc. XVIII, e cuja legitimidade resulta de um saber especializado e erudito.

³ A nível do concelho, o peso da população activa com ocupação no sector primário representava, em 1960, 43,3% do total da população activa de Évora, tendo passado, em 1981, para os 16,4%, para se situar, em 1991, nos 9,3%.

⁴ Em 1991, o concelho de Évora regista um total de 53.754 habitantes. A cidade "intra-muros", constituída pelas freguesias de S. Antão, S. Mamede, S. Pedro e parte da freguesia da Sé, regista 7.842 residentes, residindo os restantes 30.252 na cidade "extra-muros" (parte da freguesia da Sé e a freguesia dos Canaviais).

⁵ Destes, 21 não dispunham de qualquer estudo urbanístico, 11 não tinham rede de abastecimento de água e 17 não tinham rede de esgotos (Carvalho, 1990: 55).

⁶ Do Gabinete da Cidade, coordenado pela autarquia, fazem também parte o Centro Dramático de Évora (CENDREV), a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA), o Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE), a União de Sindicatos do Distrito de Évora (USDE) e a Universidade de Évora (UE).

⁷ Registe-se, no entanto, que apesar das intenções expressas, o Gabinete não conseguiu evitar que 77 de um total de 153 estabelecimentos que iniciaram actividade entre 1984 e 1994, o fizessem em edifícios anteriormente utilizados como residências particulares (Câmara Municipal de Évora, 1995).

⁸ Segundo estimativas da própria autarquia, o número de visitantes terá atingido os 280.000 em 1990 (Fortuna e Peixoto, 1997). Provavelmente, este número terá continuado a aumentar, mas a retracção temporária de turistas entre 1991 e 1993 torna sobreavaliada a estimativa de 500.000 oferecida por Farinha (1995). De qualquer modo, assinala-se que, num estudo sobre o impacto sócio-ambiental do turismo em 25 cidades europeias e norte-americanas, patrocinado pela UNESCO, a cidade de Évora surge numa posição intermédia na escala dos congestionamentos (Costa, Manente e Van der Berg, 1993).

⁹ A recriação do valor cultural desta rua está associada à densificação da sua actividade comercial. Na verdade, ao longo da década de 1980, foram concedidas relativamente a esta artéria 13 novas licenças para estabelecimentos comerciais, registando-se o seu grande surto após a designação de Évora como cidade Património da Humanidade (Ladeira *et al.*, 1992).

¹⁰ Tratando-se de uma pequena cidade, é de salientar o facto de se encontrarem registados, em 1997, 31 Postos de Venda de Artesanato e 89 Restaurantes.

¹¹ Organizados anualmente estes concursos vão hoje na sua 16ª edição. Igualmente regulares são as conhecidas "Semana gastronómica do Porco" e "Semana Gastronómica do Borrego", cada uma das quais contou, nas edições de 1997, com a adesão de 48 restaurantes locais.

¹² São os seguintes os lugares e monumentos históricos mais salientes da cidade de Évora:
AQUEDUTO DA ÁGUA DE PRATA (fundado em 1531 por D. João III);
CASA DE GARCIA DE RESENDE (onde residiu o autor do Cancioneiro Geral);
CONVENTO DE S. DOMINGOS (de finais do séc. XIII, é dos mais antigos da cidade);
CONVENTO DO CALVÁRIO (fundado em 1570, com Igreja e Claustro);
CONVENTO DOS LÓIOS (fundado em 1485, em estilo gótico-manuelino-mudejar);
ERMIDA DE S. BRÁS (fundada em 1483 por D. João II, em estilo gótico-mudejar);
GALERIA DAS DAMAS DO PALÁCIO DE D. MANUEL (anterior residência da dinastia de Avis, em estilo gótico-arábico e renascentista do séc. XVI);
IGREJA DA GRAÇA (Fundada por D. João III, com fachada clássico-barroca e Claustro renascentista);
IGREJA DA MISERICÓRDIA (com talha barroca e painéis de azulejo de 1716);
IGREJA DAS MERCÊS e MUSEU DE ARTES DECORATIVAS (estilo barroco-rococó, com talhas douradas, azulejos policromos e arte sacra, fundada em 1668);
IGREJA DE S. VICENTE (fundada em 1467, com vestígios de arquitectura gótica);
IGREJA E CONVENTO DE SANTA CLARA (fundada em 1452, estilo barroco, com talhas douradas e claustro renascentista);
IGREJA REAL DE S. FRANCISCO (estilo gótico-manuelino —1480-1510 —, com Casa dos Ossos);
MURALHAS DO SÉC. XIV ou CERCA NOVA (com cerca de 3 Kms. em redor da cidade);
MUSEU (Antigo Paço Arquiepiscopal, com retábulo gótico flamengo de finais do séc XV);
PAÇO DOS CONDES DE BASTO (assente na muralha romano-godo-muçulmana dos sécs. III-IV DC);
PALÁCIO DO CADAVAL E IGREJA DE S. JOÃO EVANGELISTA (estilo gótico-manuelino-mudejar, com claustro);
PORTA DE MOURA (com fonte renascentista de 1556, arcadas quinhentistas, Convento do Carmo e Paço dos morgados Cordovis);
PRAÇA DE GIRALDO (com arcadas, fonte henriquina de 1571 e Igreja de Santo Antão (1557);
SÉ CATEDRAL (de 1186, com Claustro do séc. XIV, Capela-Mor neoclássica e Museu de Arte Sacra);
TEMPLO ROMANO (Relíquia greco-romana em estilo coríntio dos sécs. I-II DC);
UNIVERSIDADE (estilo clássico-barroco, fundada em 1559 pelo Cardeal D. Henrique, com Igreja do Espírito Santo em anexo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ashworth, G. J. e Tunbridge, J. E., 1990, *The Tourist-Historic City*. Londres, Belhaven Press.
- Bachelard, G., 1969, *The Poetics of Space*. Boston, Beacon Press.
- Benjamin, W., 1973, "Theses on the Philosophy of History", in *idem, Illuminations*. Londres, Fontana Press.
- Benjamin, W., 1992, "A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica", in *idem, Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa, Relógio d'Água. (Trad. de Maria Luz Moita).
- Câmara Municipal de Évora, 1995, *Plano de Urbanização de Évora*.
- Câmara Municipal de Évora, 1996, "Viva a Rua" . (Panfleto).
- Carvalho, J., 1990, *Évora: Administração Urbanística*. Évora, Câmara Municipal.
- Cascais, M., 1996, "Para uma Leitura da Expansão das Cidades Médias: Os bairros no crescimento de Évora". *Economia e Sociologia*, 61, 55-66.
- Chelkoff, G. e Thibaud, J. P., 1992, "L'Espace Public, Modes Sensibles". *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 57-58, 6-14.
- Costa, P., Manente, M. e Van der Berg, J., 1993, "Traditional Tourism Cities: Problems and Perspectives". Veneza, *Quaderni Ciset*, 1/93. (Mimeo).
- de Certeau, M., 1977, "Pratiques d'espace: La ville métaphorique". *Traverses*, 9, 4-19
- de Certeau, M., 1990, *L'invention du quotidien*, t.1, *Arts de faire*. Paris, Gallimard.
- Elias, N., 1989, *O Processo Civilizacional*. Lisboa, D. Quixote (2 vols.). (Trad. de Lídia C. Rodrigues).
- Farinha, J., 1995, "Case Study on Évora". Lavrion, *Attica Workshop* "Intermediate Cities in Search of Sustainability". (Dactilografado).
- Featherstone, M., 1991, *Consumer Culture and Post-Modernity*. Londres, Sage.
- Ferrão, J., 1995, "Meios Inovadores em Cidades de Média Dimensão: O Caso de Évora". Évora, Gremi V. (Dactilografado).
- Fortuna, C., 1995a, "As Cidades e as Identidades: Patrimónios, memórias e narrativas sociais", in Santos, M. L. Lima (Org.), *Actas do Colóquio "Lisboa 94: Economia e Cultura"*. Lisboa, ICS, 209-230.
- Fortuna, C., 1995b, "Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 11-45.
- Fortuna, C., 1995c, "Évora e Coimbra: Turismo, cultura e centros históricos" in *idem* (Coord.) *Turismo e Cultura em Portugal: Quatro Estudos sobre Mentalidades, Práticas e Impactos Sociais*. Relatório de Investigação. Coimbra, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais. (Mimeo).
- Fortuna, C., 1997, "The Show Must Go On: Why Are Old Cities Becoming Fashionable?", in Bovone, L. (org.), *Mode*. Milão, Franco Angeli, 73-81.
- Fortuna, C. e Peixoto, P., 1997, "A Reconversão Simbólico-Funcional dos Centros Históricos: O caso de Évora". *Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico*. Oeiras, Câmara Municipal (no prelo).
- Foucault, M., 1979, *Discipline and Punish*. Nova Iorque, Vintage.
- Friedman, J., 1992, "The Past in the Future: History and the Politics of Identity". *American Anthropologist*, 94 (4), 837-859.
- Gaspar, J., 1972, *A Área de Influência de Évora*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Geoideia/Câmara Municipal de Évora, 1995, *Estudo de Caracterização Sócio-Económica da Cidade de Évora*. (Mimeo).
- Guerreiro, J. E., 1991, "O Processo de Recuperação do Centro Histórico de Évora". *Sociedade e Território*, 14/15, 41-46.
- Harvey, D., 1989, *The Condition of Postmodernity*. Oxford, Blackwell.
- Hobsbawm, E. e Ranger, T. (eds.), 1983, *The Invention of Tradition*. Oxford, Blackwell.
- INE, 1991, *Recenseamento da População*.
- Ladeira, Maria das Dores *et al.*, 1992, "A Rua 5 de Outubro: Notas urbanas". Universidade de Évora (Curso de Sociologia Urbana). (Dactilografado).

- Landowski, E., 1996, "États des Lieux", in Ostrowetski, S. (ed.), *Sociologues en Ville*. Paris, L'Harmattan, 179-200.
- Lash, S. e Urry, J., 1987, *The End of Organized Capitalism*. Cambridge, Polity.
- MacCannell, D., 1989 [1976], *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. Nova Iorque, Schocken Books.
- McCracken, G., 1990, *Culture and Consumption: New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities*. Bloomington e Indianapolis, Indiana Univ. Press.
- Monnet, J., 1996, "O Álbi do Patrimônio". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24, 220-228.
- Mons, A., 1992, *La métaphore sociale*. Paris, PUF.
- Olsen, D., 1986, *The City as a Work of Art. London, Paris, Vienna*. New Haven, Yale Univ. Press.
- Pellegrino, P., 1994, "Sémiologie générale et sémiotique de l'espace", in *idem* (ed.), *Figures architecturales - Formes urbaines*. Geneva, Anthropos.
- Pinto, J. M., 1994, "Uma reflexão sobre políticas culturais", in AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia). Lisboa, APS, 767-792.
- Poulot, D., 1995, "Ce que restaurer le patrimoine veut dire", in Saez, J. P. (ed.), *Identités, cultures et territoires*. Paris, Desclée de Brouwer, 189-195.
- Réseau Stratégie des Villes Moyennes, 1994, *Rapport de Synthèse des Travaux*. Lisboa, OA - Oficina de Arquitectura.
- Riegl, A., 1984 [1903], *Le Culte Moderne des Monuments*. Paris, Seuil.
- Sansot, P., 1988, "Durées Urbaines", in Nysenhole, A. e Jean Pierre Boon, J. P. (eds.), *Redécouvrir le Temps*. Bruxelles, Universidade de Bruxelles, 243-249.
- Santos, B. S., 1996, "A Queda do *Angelus Novus*: Para além da equação moderna entre raízes e opções". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5-34.
- Sciorra, J., 1996, "Return to the Future: Puerto Rican Vernacular Architecture in New York City", in King, A. (ed.), *Re-presenting the City: Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis*. Houndmills e Londres, Macmillan.
- Silva, A. S., 1994, "Tradição, modernidade e desenvolvimento: Portugal na integração europeia". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, 147-162.
- Simmel, G., 1981, "Essai sur la sociologie des sens", in *idem*, *Sociologie et Epistémologie*. Paris, PUF.
- Simmel, G., 1989 [1898], "Rome: une analyse esthétique". *Faces - Journal d'Architectures*, 11, 51-55.
- Urry, J., 1995, *Consuming Places*. Londres e Nova Iorque, Routledge.